

Após acordo começa nova etapa para ajustar a economia

*Kristina Michaelis,
Fernando Martins e José Negreiros*

Amanhã, em Washington, será concluído o programa de refinanciamento da dívida externa para 1983, com a ratificação, pelo board do Fundo Monetário Internacional, de um pedido de crédito ampliado de cerca de 5 bilhões de dólares. Com isto, inicia-se uma nova etapa da administração da crise econômica, não necessariamente ligada apenas à procura diária de dólares no mercado.

A reunião entre autoridades econômicas brasileiras e banqueiros internacionais em Nova Iorque, no dia 20 de dezembro, onde foi apresentado o plano de ajuda financeira dividido em quatro projetos, seguiram-se 60 dias de sufoco que envolveram intensamente os três principais negociadores do programa para 1983 — os Ministros Delfim Neto e Ernane Galvéas e presidente do Banco Central, Carlos Langoni — e deixaram algumas seqüelas que precisam agora ser reparadas urgentemente.

Em primeiro lugar, há que ser definido o destino das atividades das agências de bancos brasileiros no exterior, envolvidos diretamente no nó das negociações — o "Projeto 4". Além disso, a garantia do superávit comercial de 6 bilhões de dólares permanece a única forma de evitar que o país volte a recorrer à tomada de recursos externos para suprir o balanço de pagamentos este ano, o que já forçou o Governo a promover a maxidesvalorização do cruzeiro em 30%.

Não menos importante será a reconstituição da equipe de assessores diretos do Governo que, nestes últimos tempos, desistiram de permanecer colaborando com a política oficial, revelando uma das mais graves crises de coerência no pensamento e na prática econômicas do Governo brasileiro.

Receita

A receita que as autoridades econômicas aviam para contornar a crise econômica não leva em consideração as carências internas do país, reclama um graduado técnico do Banco Central, com acesso aos detalhes das negociações do Brasil com os banqueiros privados e o Fundo Monetário Internacional.

Ele começa por criticar a estratégia formulada a partir de setembro, quando, mesmo consciente da escassez de recursos no mercado financeiro internacional, o BC sustentou os pagamentos das parcelas de débito externo. Na sua opinião, a negociação com o FMI deveria ter sido iniciada imediatamente, para evitar a sangria de divisas que se seguiu, e que hoje tem como consequência a necessidade de reescalonamento dos prazos dos empréstimos-ponte (adiantamentos). Isso, conforme seus argumentos, evidencia que o país só dispõe efetivamente dos recursos resultantes dos acordos assinados na semana passada, e que ainda estão por ingressar.

A fonte não desconhece o ônus político de tal procedimento, às vésperas das eleições, mas repara que, de uma forma ou de outra, convivendo com a desinformação, os eleitores atravessaram o ano de 82 envoltos num espectro de crise. Assim, seria difícil avaliar o real impacto da ida declarada ao FMI sobre o pronunciamento das urnas. Observa, além disso, que o estabelecimento de metas audaciosas, como a obtenção de um superávit comercial de 6 bilhões de dólares, deveria estar obrigatoriamente articulado a um plano de comprometimento dos principais importadores brasileiros.

Pessimismo

Por exemplo: se os Estados Unidos comprem um terço das mercadorias brasileiras e a Comunidade Econômica Européia e Japão os dois terços restantes, seria possível estabelecer programas específicos com esses países, com o objetivo de assegurar seus mercados.

Os países do mundo desenvolvido têm repetido que estão engajados na recuperação do mercado internacional, lembra outro técnico. Logo poderiam transformar essas declarações em atitudes, prevendo encomendas. Tais pacotes de exportação deveriam, então, incluir mercadorias cuja produção interna está às vésperas de entrar em colapso, como a fabricação de aço, onde há inclusive o risco de paralisação de usinas no segundo semestre.

As duas fontes foram unânimes em propor que a reversão do quadro de pessimismo atual fosse construída a partir de um pronunciamento do próprio Presidente da República (como já se sabe que acontecerá esta semana). Pois, enquanto esta decisão amadurecia, o Governo perdeu pelo menos sete graduados e estratégicos colaboradores da equipe econômica do Governo apenas nos dois primeiros meses do ano.

Um deles, Benedito Moreira, ex-diretor da Cacex, ao deixar o cargo fez duras críticas aos dois principais Ministros da área econômica e resumiu seu desânimo numa frase: "Eu não agüento mais".

Leia editorial "Repensando o Fundo"
